



Combate à corrupção e lavagem de dinheiro

As consequências de corrupção são significativas e generalizadas, desde os custos diretos para os indivíduos e a sociedade, até ao incentivo ao comportamento criminoso e ao minar a confiança nas instituições. Baseados num forte código ético, os contabilistas profissionais em todo o mundo desempenham um papel crítico na luta contra a corrupção, trazendo transparência, relevância e integridade essenciais aos sistemas que sustentam economias vibrantes e tornam a corrupção menos rentável e mais fácil de prevenir, detetar e remediar. A nossa convicção de que servir o interesse público ao combater a corrupção, incluindo lavagem de dinheiro, é essencial para as atividades da profissão contabilística.

1. Plano de Ação Anticorrupção do G20

A IFAC apoia o Plano de Ação Anticorrupção do G20 2019-2021 (Plano de Ação), que usamos como estrutura para a nossa defesa contra a corrupção.

- Concordamos com o *Plano de Ação* de que a prevenção e o combate à corrupção são fundamentais para a construção de prosperidade económica nacional e global e que nenhum país está imune.
- Também apoiamos *O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU número 16 Paz e Justiça: Instituições fortes*, com ênfase no Objetivo 16.5: reduzir substancialmente a corrupção e subornos de qualquer género, e Objetivo 16.6: desenvolver em todos os níveis instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.
- Acreditamos que a profissão contabilística pode e deve avançar no *Plano de Ação* e pode ter o maior impacto nas áreas de combate à lavagem de dinheiro, denúncia de irregularidades, transparência do sector público e do sector privado.
- Acolhemos a intenção do G20 para fortalecer o envolvimento com a comunidade empresarial na implementação do *Plano de Ação*, e a IFAC está comprometida com o G20 para atingir estes objetivos. Procuramos responsabilizar os governantes globais pelo progresso na implementação dos seus compromissos e incentivamos as nossas Organizações Profissionais de Contabilidade (PAOs) a fazer o mesmo em relação aos governantes dos seus países.

2. Contra a Lavagem de Dinheiro

A lavagem de dinheiro e a corrupção estão intrinsecamente ligadas, mas a lavagem de dinheiro também está conectada a uma ampla gama de outras atividades criminosas subjacentes. Embora o foco da política de combate à lavagem de dinheiro tenha sido historicamente nas instituições financeiras - e houve um progresso significativo -, concordamos que negócios e profissões não financeiras, incluindo a profissão contabilística, também enfrentam riscos de lavagem de dinheiro. A profissão contabilística é crítica na luta contra a lavagem de dinheiro e cabe à profissão mitigar esses riscos.



- Apoiamos os esforços feitos para combater a lavagem de dinheiro a um nível nacional e a um nível internacional, incluindo as atividades do Grupo de Ação Financeira Internacional (FATF).
- Apoiamos a inclusão pragmática, proporcional e orientada a resultados da profissão contabilística na estrutura legal e reguladora de lavagem de dinheiro (por exemplo, a inclusão da profissão contabilística dentro das Normas do FATF). Normas internacionais e implementação nacional devem considerar as realidades dos riscos apresentados, medidas já em vigor (*por exemplo*, Código Internacional de Ética da IESBA para Contabilistas Profissionais) e os custos e benefícios da regulamentação. Isto é consistente com [os Princípios da IFAC para uma Regulamentação Inteligente](#).
- Apoiamos iniciativas para aumentar a transparência da propriedade benéfica para entidades e acordos legais de maneira a permitir que as autoridades competentes determinem a propriedade benéfica em tempo oportuno. Ao desenvolver políticas e iniciativas domésticas sobre transparência de propriedade benéfica, as autoridades nacionais devem considerar cuidadosamente os prováveis benefícios em termos de combate à lavagem de dinheiro, equilibrados com questões de privacidade e carga operacional, particularmente para pequenas e médias empresas e práticas de contabilidade, tudo dentro do contexto das características específicas das jurisdições.
- Procuramos apoiar ainda mais os nossos membros, ao promover a partilha de informações entre as PAOs sobre riscos de lavagem de dinheiro e ajudar as PAOs a mitigar estes riscos por meio da capacitação. Também incentivamos as PAOs a considerar um envolvimento aprimorado com as autoridades policiais e outras partes interessadas relevantes nas suas jurisdições em questões de lavagem de dinheiro.
- Incentivamos empresas de contabilidade e PAOs a considerarem o [Guidance for a Risk-Based Approach for the Accounting Profession](#) (Guia para uma Abordagem Baseada em Riscos para a Profissão Contabilística) do FATF ao desenvolver as suas próprias políticas e processos. Várias PAOs e governos também desenvolveram orientações para a profissão e para as PAOs com responsabilidade de supervisão, que são exemplos úteis para outras jurisdições a considerar.

3. Denúncia de Irregularidades

Proteger eficazmente os denunciadores e lidar com as divulgações protegidas são fundamentais para descobrir as transgressões, promover a integridade e prevenir a corrupção

- Apoiamos [Princípios do G20 para a proteção eficaz dos denunciadores](#).
- Defendemos a legislação de proteção de denunciadores em todas as jurisdições em todo o mundo, aplicáveis tanto ao sector público quanto ao sector privado, de acordo com os [Princípios do G20](#), [Os Princípios Orientadores para Legislação da OCDE](#) e as [Diretrizes para a Proteção](#) da International Bar Association (IBA). Incentivamos os



nossos membros das PAOs a defender por estruturas eficazes de proteção a denunciante nas suas jurisdições.

- Apoiamos as empresas de contabilidade, as empresas comerciais e os nossos membros das PAOs a implementar estruturas internas eficazes de divulgação e proteção de denunciante, apropriadas ao seu tamanho, natureza e jurisdição, consistentes com o Princípio nº 17 dos [Princípios sobre Transparência e Integridade do Sector Privado do G20](#). Nos casos em que isso é impraticável, apoiamos e incentivamos o desenvolvimento de outros mecanismos externos para facilitar e proteger a divulgação apropriada.

4. Transparência do Sector Público

Os gastos do governo são de vital importância e podem ser vulneráveis à corrupção. A transparência do sector público é essencial para deter e revelar a corrupção. Padrões globais de alta qualidade para contabilidade do sector público desempenham um papel significativo no apoio à transparência do sector público e no combate à corrupção.

- Apoiamos o trabalho desenvolvido pelo International Public Sector Accounting Standards Board (Conselho Internacional de Padrões Contabilísticos do Sector Público IPSASB) e defendemos a adoção global e a implementação efetiva dos Padrões Internacionais de Contabilidade do Sector Público (IPSAS).
- Incentivamos os nossos membros a defender a adoção e a implementação efetiva das IPSAS nas suas jurisdições locais.
- Desempenhamos um papel importante na promoção e apoio à adoção e implementação das IPSAS, incluindo defesa, partilha de melhores práticas, desenvolvimento de orientação e criação de capacidade nas organizações profissionais de contabilidade.
- Acreditamos que a combinação de IPSAS, estruturas eficazes de denúncia e os fortes fundamentos éticos da profissão, ao trabalhar juntos, atuam para minimizar as oportunidades e a lucratividade da corrupção.

5. Transparência do Sector Privado

O sector privado é um parceiro essencial dos governos na luta contra a corrupção, e o seu compromisso com a transparência desempenha um papel essencial na concretização dos objetivos anticorrupção. Padrões globais de alta qualidade para contabilidade e auditoria, bem como ética, desempenham um papel significativo no apoio à transparência do sector privado e no combate à corrupção.

- Apoiamos [Os Princípios da Transparência do Sector Privado do G20](#), como interpretado pelo [Anti-Corruption Ethics and Compliance Handbook for Business](#) da OCDE/UNODC/Banco Mundial
- Apoiamos o trabalho desenvolvido pelo International Public Sector Accounting Standards Board (Conselho Internacional de Normas de Auditoria e Garantia (IAASB) e do Conselho Internacional de Padrões de Ética para Contabilistas (IESBA) e defendemos a adoção global e a implementação efetiva dos Padrões Internacionais de Auditoria (ISA) e do Código Internacional de Ética do IESBA (“o Código”).



- Incentivamos os nossos membros a defender a adoção e implementação efetiva das ISAs e o *Código* nas suas jurisdições locais.
- Desempenhamos um papel importante na promoção e apoio à adoção e implementação das ISAs e *Código*, incluindo defesa, partilha de melhores práticas, desenvolvimento de orientação e criação de capacidade nas organizações profissionais de contabilidade.
- Ao aprimorar os relatórios corporativos, as empresas podem aumentar a transparência em relação a questões relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, contribuindo para a luta contra estas.